

REDBIOÉTICA - UMA INICIATIVA DA UNESCO

PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE ¹

Volnei Garrafa ²

INTRODUÇÃO E BREVE HISTÓRICO

A bioética chegou à América Latina na década de 1970 introduzida pelo professor José Alberto Mainetti, na Argentina. No entanto, foi somente em 1994, com a realização do Segundo Congresso Mundial da *International Association of Bioethics* (IAB), realizado em Buenos Aires, que criou raízes definitivas na região. Anteriormente com menos organização - mas a partir deste momento histórico de modo mais articulado - começaram a surgir na região grupos de pesquisa, novas disciplinas nas universidades, comitês de ética em pesquisa com seres humanos e bioética, eventos científicos e revistas acadêmicas especializadas.

A Rede Latino-Americana e do Caribe de Bioética - REDBIOÉTICA - foi fundada em maio de 2003, em Cancun, México, paralelamente a uma reunião internacional do Projeto Genoma Humano, como consequência do processo evolutivo acima apontado. O marco de referência que estimulou sua criação tem relação direta com os Congressos Mundiais promovidos pela IAB no Japão (1998) e Brasil (2002). Os temas oficiais escolhidos para os dois eventos - "Bioética Global" e "Bioética, Poder e Injustiça" - encorajaram o início de discussões com relação à busca de respostas éticas próprias para os conflitos morais da região, ficando evidente a necessidade de ampliação da agenda bioética para além das questões biomédicas e biotecnológicas. O primeiro encontro recuperou as idéias pioneiras de Potter (1) relacionadas especialmente com a sensatez na aplicação do saber e com as questões ambientais,

¹ Conferencia apresentada na *Open Session of the Sixteen Session of the IBC - International Bioethics Committee of UNESCO*. México City, 23 de Novembro 2009.

² PhD, Professor Titular e Coordenador da Cátedra UNESCO e do Programa de Pós-Graduação - Mestrado e Doutorado - em Bioética da Universidade de Brasília; Editor da Revista Brasileira de Bioética; Presidente do Conselho Diretor da Rede Latino-Americana e do Caribe de Bioética da UNESCO - REDBIOÉTICA.

e o segundo contribuiu para a ampliação e politização da agenda bioética internacional (2), dando mais visibilidade às temáticas sanitárias e sociais (3,4).

As discussões com relação à criação da REDBIOÉTICA começaram em 2000, por sugestão do geneticista mexicano José Maria Cantú. A idéia foi operacionalizada no *Sixth World Congress of Bioethics* realizado em Brasília, em 2002, em uma reunião de estudiosos que já haviam detectado a necessidade de fundar uma nova organização de bioética que tivesse outra ótica, mais crítica e direcionada aos problemas persistentes e cotidianos relacionados com a vida das pessoas, comunidades e países da região. Esse grupo de pesquisadores definiu que, após séculos de dominação estrangeira e de ditaduras criminosas plantadas do norte ao sul do continente, já era hora de começar a olhar os conflitos regionais com seus próprios olhos e pensar os problemas locais a partir de seus cérebros, utilizando, naturalmente, o conhecimento acumulado por escolas, pesquisadores e culturas de outros contextos e lugares.

Desde o início de todo este processo a UNESCO apoiou decisivamente as atividades e ações da Rede, primeiramente por meio do seu Escritório Regional do México e atualmente pelo Setor de Ciências Sociais e Humanas do Escritório Regional de Ciência para a América Latina e Caribe, sediado no Uruguai, sempre com a participação atenta da Divisão de Ética em Ciência e Tecnologia da Organização, com sede em Paris.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DAS AÇÕES DA REDBIOÉTICA

Alastair Campbell, presidente da IAB nos últimos anos do Século 20, esteve na América do Sul em 1998, alguns meses antes do Congresso Mundial de Tóquio. Impressionado com o que viu, expressou na *President's Column* publicada na edição do *IAB News* da primavera europeia daquele ano, que após a visita passou a perceber a natureza da bioética de modo diferente:

*Tive uma visão do quão difícil deve ser sustentar um serviço de saúde pública com o mínimo de recursos e problemas maciços de pobreza. Vi o desafio ambiental provocado pela urbanização massiva, sem uma adequada infraestrutura para sustentá-la. Nesse meio, conheci pessoas determinadas a encontrar uma Bioética que faça uma genuína diferença para a saúde de suas nações e para a qualidade de seu desenvolvimento... A "Bioética Global" **não deve ser uma ambição neocolonial que sirva para manter as pessoas***

conformadas com nossos paradigmas de comportamento moral ou mesmo para persuadi-las a argumentar no nosso estilo de raciocínio
(o grifo é meu) (5).

O tema da saúde, especificamente, já vinha sendo trabalhado dentro do contexto da bioética por pesquisadores da região desde o início dos anos 1990. Ao prefaciar um livro publicado no Brasil em 1995, o professor Giovanni Berlinguer, ex-membro do *International Bioethics Committee* da UNESCO (IBC), assim se manifestou:

... apreciei muito a interpretação da política sanitária como meio para tornar menos desiguais as pessoas e mais equânime a sociedade... Este livro representa substancialmente a primeira tentativa, bem sucedida, de abordar o assunto com uma ótica que parte da experiência de um grande país do Hemisfério Sul do mundo, rico em movimentos populares e experiências culturais, e atormentado pela pobreza e pela injustiça, sem ficar aprisionado às fronteiras ou limites, mas ao contrário, ligando-se às tradições filosóficas européias e ao debate bioético internacional(6).

Vários textos de pesquisadores latino-americanos da época já faziam uma natural aproximação entre a Bioética, o direito universal ao acesso à saúde e as razões políticas que muitas vezes implicam na melhor ou pior qualidade de vida para as pessoas e comunidades. A partir da expansão global do modelo neoliberal de mercado nos anos 1990, as múltiplas crises que passaram a assolar o mundo no início do Século 21 - especialmente os atentados terroristas de 2001 em Nova Iorque e a aguda crise econômica mundial de 2008 - desnudaram um quadro sóciopolítico perverso: as riquezas sociais e o poder permanecem nas mãos de poucos, continua a depredação do meio ambiente e as majorias populacionais seguem distantes dos benefícios do desenvolvimento. A busca por novos paradigmas de produção e consumo e por um novo tipo de vida em sociedade requer a reapropriação da política pela cidadania, assim como a construção de novos espaços públicos para debater alternativas para o desenvolvimento, debate até agora bloqueado pela visão economicista vigente, que exalta o crescimento e ignora seus efeitos na sociedade (7).

O conceito de *Felicidade Nacional Bruta* adotado desde os anos 1970 no Butão, pequeno reino encravado na cordilheira do Himalaia, entre a China e Índia, define que o princípio básico para garantir a felicidade é que a economia esteja a serviço do bem-estar da população. Isso é bem diferente do que se viu na recente crise econômica mundial, quando inimagináveis quantias de dinheiro público - suficiente para acabar com a pobreza e a exclusão social no mundo periférico - foram aplicadas pelos países capitalistas centrais para evitar a quebra de grandes empresas privadas, em nome da manutenção da produção, da virtual garantia de empregos e da sobrevivência do sistema. Como tudo isso tem a ver diretamente com a qualidade de vida e a sobrevivência das pessoas, parece ser apropriado que a Bioética, nos próximos anos, comece a incorporar às suas discussões o conceito de Biopolítica, desenvolvido por Michel Foucault (8).

Uma contribuição interessante originada na América Latina e que traz novidades no debate sobre "desenvolvimento" é o conceito de *Bem Viver*, antiga filosofia de vida das sociedades indígenas da região andina, especialmente da Bolívia, que já a incluiu na sua Constituição. Nesse conceito não contam tanto as riquezas, ou seja, as coisas que as pessoas produzem, mas o que as coisas produzidas proporcionam concretamente para a vida das pessoas. Na formulação da *Filosofia do Bem Viver* não contam apenas os bens materiais, mas outros referenciais como o conhecimento, o reconhecimento social e cultural, os códigos éticos e espirituais de conduta, a relação com a natureza, os valores humanos, a visão de futuro...

Nesse contexto, a economia deve se pautar por uma convivência solidária, sem miséria, sem discriminações, garantindo um mínimo de coisas necessárias para a sobrevivência digna de todos. O *Bem Viver* expressa a afirmação de direitos e garantias sociais, econômicas e ambientais. Todas as pessoas têm igualmente o direito a uma vida decente, que lhes assegure saúde, alimentação, água limpa, oxigênio puro, moradia adequada, saneamento ambiental, educação, trabalho, emprego, descanso e ócio, cultura física, vestuário, aposentadoria, etc.

Muitas das idéias aqui expressadas a partir da construção teórico-prática desta bioética latino-americana construída e defendida pela REDBIOÉTICA acabaram incorporadas na *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos* da UNESCO de 2005. A reunião do IBC promovida na Cidade do México em novembro de 2009 é uma oportunidade adequada para a América Latina reivindicar a paternidade da idéia de inclusão das questões sanitárias e sociais no contexto da Declaração e da politização - necessária e indispensável - das referidas questões.

Recentemente, Ten Have e Jean (10) editaram um livro completo que relata a história da Declaração e analisa individualmente cada um dos seus 28 artigos, registrando que sua homologação se deu em outubro de 2005, em Paris, após longa e trabalhosa construção, com o apoio unânime de 191 países (9). A REDBIOÉTICA entende ser este o documento histórico e coletivo mais importante já construído pela Bioética, pela sua abertura e repercussões. O Artigo 14, que trata da “Responsabilidade Social e Saúde”, particularmente, tem para a Rede um valor especial, pela defesa que a mesma fez, desde o início dos debates, de que a saúde é um direito de todas as pessoas e que é dever dos Estados proporcionarem todas as condições para que as populações tenham acesso a ela. No livro acima mencionado, esse capítulo foi desenvolvido por Martínez-Palomo, cientista mexicano que é membro do Conselho Diretor da REDBIOÉTICA e do IBC da UNESCO (10). É oportuno registrar que o IBC vem desenvolvendo intensas discussões internacionais para aprofundamento e aprimoramento deste artigo, no sentido de estimular os países a levá-lo concretamente à prática.

ANTECEDENTES E JUSTIFICATIVA

Passados quase 40 anos de sua criação, a Bioética teve um significativo desenvolvimento na América Latina e no Caribe (ALC). Em muitos países da região, com tendência crescente, têm sido organizados Conselhos ou Comissões Nacionais de Bioética incumbidas de analisar grandes conflitos morais. Outros tipos de Comitês - de Ética em Pesquisa com Seres Humanos e também com Animais não Humanos - avaliam protocolos de pesquisa biomédica, particularmente em universidades, hospitais e outras instituições; alguns países já têm suas normas nacionais regulares definidas, enquanto em outros este processo ainda está em construção. No Brasil, por exemplo, já passa de 600 o número de Comitês de Ética em Pesquisa espalhados por todo o país.

Nas universidades e centros de pesquisa, é crescente o número de núcleos ou grupos que trabalham sobre variados **temas emergentes** e controversos relacionados com diferentes interesses para a Bioética, como: a participação de sujeitos humanos nas pesquisas biomédicas, especialmente pessoas vulneráveis (principalmente nos experimentos com novas drogas); transplantes de órgãos e tecidos; novas tecnologias reprodutivas, incluindo a clonagem; uso de célulastronco embrionárias; genética humana; e outros.

Além disso, em diversos países já funcionam regularmente Comitês de Bioética Clínica ou Assistencial (Chile, Argentina, México, Colômbia, México...), os quais buscam proporcionar reflexões adequadas às novas necessidades ditadas pela realidade e pelo desenvolvimento científico e tecnológico. Estes grupos procuram ajudar os profissionais da saúde, doentes, famílias - enfim, aos cidadãos e grupos de cidadãos - na tomada de decisões em situações nas quais existem dificuldades ou necessidade de esclarecimento para diferentes aspectos que se apresentam.

Por outro lado, além dos conflitos ditados pela velocidade do desenvolvimento biotecnocientífico, os países da ALC necessitam buscar respostas adequadas e relacionadas ao contexto dos problemáticos **temas persistentes** detectados na região e que são peculiares das nações periféricas, especialmente a pobreza, a inequidade e a exclusão social (11).

Por outro lado, são cada dia mais freqüentes os congressos, encontros e eventos acadêmicos continentais, nacionais e locais relacionados com a especialidade, com divulgação de novos estudos e proporcionando a possibilidade de intercambio de conhecimentos entre realidades similares. Também não se pode esquecer a crescente criação de novas revistas científicas relacionadas com a Bioética, que buscam indexação e reconhecimento internacional, além de grande quantidade de novos livros publicados sobre a matéria.

Do mesmo modo que o congresso mundial da Argentina abriu definitivamente os olhos do continente para a Bioética, o evento realizado no Brasil concretizou a necessidade de criação de mecanismos de intercambio e diálogo regional na matéria, além de propor a construção de novos referenciais acadêmicos especialmente relacionados com a realidade do continente. É necessário destacar que muitas das discussões desenvolvidas na região, nascem apenas como uma reação aos debates que já acontecem nos países desenvolvidos, relegando-se a um segundo plano os problemas locais próprios, com a conseqüente perda da identidade e diversidade cultural (11).

Tendo em vista a importância que a Bioética tem para a sociedade, é necessário reforçar as capacidades regionais e nacionais para identificar e estudar seus problemas, com o objetivo de propor recomendações e soluções adequadas à sua própria realidade. Entre estes novos temas estão incluídos diferentes assuntos que compreendem desde as aplicações do desenvolvimento técnico e científico (como as tecnologias reprodutivas, a genômica e os transplantes de órgãos), passando por questões relacionadas com o meio ambiente, a biodiversidade e o ecossistema, chegando até problemas historicamente persistentes referidos à vida cotidiana das

pessoas, países e coletividades (aborto, eutanásia, exclusão social, violência, fome, distribuição justa de recursos públicos, as diferentes formas de discriminação...).

Este é o cenário no qual a REDBIOÉTICA atua, diante de uma enorme diversidade de temas e enfocando preferencialmente alguns problemas mais comuns ao seu meio como: o respeito às diferenças; a pluralidade; a diversidade cultural; a necessidade de domínio teórico e conceitual da matéria; a busca de uma linguagem compreensível a todos os participantes do processo; a inclusão de temas não somente dos direitos humanos, mas dos deveres; tudo isso, na perspectiva do desenvolvimento de um sentido comum de humanidade (11).

OBJETIVOS DA REDBIOÉTICA

Desde sua primeira reunião formal, ficaram delineados, entre outros, os seguintes objetivos para a Rede, muitos dos quais já alcançados ou em andamento, todos eles alicerçados direta ou indiretamente na *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos* da UNESCO: Identificar, catalogar e reforçar os grupos regionais, nacionais e locais interessados na Bioética; Promover a interlocução para um intercâmbio efetivo de experiências, informações, propostas de trabalho e produção em Bioética; Incentivar a pesquisa em temas de Bioética, de interesse para a América Latina e Caribe, de acordo com a realidade da região e em benefício dos grupos mais vulneráveis; Estimular a educação e capacitação em todos os níveis do processo de ensino- aprendizagem, incluindo um programa de bolsas de estudo; Apoiar a divulgação dos resultados das pesquisas e facilitar o acesso à informação; Estabelecer estratégias para impactar os atores políticos, a partir do respeito ao pluralismo moral, a fim de estabelecer referenciais jurídicos adequados às diferentes questões que fazem parte da agenda Bioética; Estimular a realização de reuniões de intercâmbio entre os grupos pertencentes à REDBIOÉTICA em nível sub-regional; Elaborar uma base de dados regional sobre investigadores, grupos, instituições e publicações em Bioética; Criar um PORTAL na Internet, que facilite a comunicação e o intercâmbio entre todos os grupos interessados e capacitados a participar na REDBIOÉTICA; Estabelecer um Programa de Pesquisas em Bioética para a América Latina e Caribe (11).

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A estrutura organizacional da Rede é formada por um **Conselho Diretor**, com um **Presidente**, e um **Comitê Assessor**. O Conselho Diretor é composto por 11 membros de diferentes países, sendo um deles o presidente, com mandatos de dois anos, renováveis. O Comitê Assessor tem um número variável de participantes, geralmente em torno de 12, com perfil técnico-científico que depende das necessidades operacionais dos projetos em andamento.

A Rede conta também com um **Portal** com sede atualmente em Buenos Aires (www.redbioeticaunesco.org) e acaba de ser criada a **Revista REDBIOÉTICA UNESCO**, uma publicação virtual semestral que será veiculada pelo Portal a partir de 2010.

Deve ser registrada ainda a extraordinária repercussão alcançada pelo **Programa de Educação Permanente em Bioética (à distância)** promovido pela Rede e oferecido aos interessados de toda região a baixíssimo custo (<http://www.redbioetica-edu.com.ar>). O Programa oferece anualmente dois cursos, incluindo expressivo número de bolsas de estudo proporcionadas pela UNESCO e que tem como sede a cidade de Córdoba, Argentina, sob a coordenação de Susana Vidal, contando com o apoio de uma experiente equipe de profissionais de vários países, assessorados pelo Conselho Diretor e Comitê Assessor. As atividades educacionais começaram em 2006, quando foi oferecido o I Curso de Introdução à Ética na Pesquisa com Seres Humanos, com 200 horas/aula e 120 vagas, que recebeu a expressiva inscrição de mais de 700 candidatos de todos os países da região. No ano seguinte (2007), a Rede promoveu o I Curso de Introdução à Bioética Clínica e Social, com igual carga horária e também com 120 vagas. Neste ano 2009 o curso de Ética na Pesquisa já está na sua quarta edição e o de Bioética Clínica e Social na terceira edição, com um total aproximado de 300 alunos regulares nos dois cursos, sendo nada menos que 254 bolsistas (84,7% dos estudantes matriculados, portanto...). Além dos alunos atualmente inscritos, o Programa construiu um Fórum Permanente via Internet, para toda América Latina e Caribe, com mais de 400 ex-alunos, que discute os mais variados temas da bioética, especialmente ética em pesquisa.

Desde sua criação, a REDBIOÉTICA já promoveu ou apoiou cerca de 40 atividades científicas e técnicas sobre Bioética em diferentes países da região. Entre estas podem ser destacados o apoio decisivo e participação de membros do seu Conselho

Diretor e Comitê Assessor a vários congressos nacionais e regionais, além de dois congressos internacionais específicos da própria Rede, realizados respectivamente em Foz do Iguaçu (Brasil, 2005) e Córdoba (Argentina, 2008), e de três Encontros Científicos dos seus ex-Alunos realizados em São Paulo (2007), Córdoba (2008) e Rio de Janeiro (2009). Não podem deixar de serem citados, também, os vários seminários públicos promovidos em diferentes países para apresentação e discussão do conteúdo da *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos* da UNESCO (Argentina, Bolívia, Brasil, Uruguai, México), bem como a promoção de reuniões sub-regionais (Argentina, Bolívia, Brasil, Cuba, Caribe Anglófono - Trinidad y Tobago).

Iniciativa das mais importantes e efetivas, contudo, foram os seguintes Simpósios Acadêmicos promovidos em diferentes países e que deram origem à série de publicações científicas da REDBIOÉTICA, com os respectivos produtos:

- Panamá / março de 2004 - Documento Básico: Marco de Referencia y Reglamento Interno de la Red Latino-Americana y del Caribe de Bioética – REDBIOÉTICA / UNESCO. México: UNESCO, 2004, 63 p. (11)
- Montevideu / novembro 2004 - Publicación Científica 1 – Estatuto epistemológico de la bioética. Garrafa V; Kottow M & Saada A (coordinadores). México: UNAM / UNESCO, 2005, 314 p. (12). Traducción para el idioma portugués: Bases conceituais da bioética – enfoque latinoamericano. São Paulo: Editora Gaia / UNESCO, 2006, 284 p. (13)
- Bogotá / maio 2005 - Publicación Científica 2 – Ética de la investigación en seres humanos y políticas de salud pública. Keyeux G; Penchaszadeh V & Saada A (coordinadores). Bogotá: Unibiblos-Universidad Nacional de Colombia / UNESCO, 2006, 347 p. (14).
- México / novembro 2005 - Publicación Científica 3 – Panorama sobre la legislación en materia de genoma humano en América latina y el Caribe. Saada A & Valadés D (coordinadores). México: Instituto de Investigaciones Jurídicas - UNAM / UNESCO, 2006, 417 p. (15).
- Argentina 2008 – Diccionario Latinoamericano de Bioética. Tealdi JC (director). Bogotá: Unibiblos-Universidad Nacional de Colombia / UNESCO, 2008, 657 p. (16).

Não se pode deixar de mencionar dois importantes documentos produzidos regionalmente pela Rede e que tiveram repercussão internacional. O primeiro, a chamada *Carta de Buenos Aires*, concebida ao final de uma reunião organizada pela Secretaria de Direitos Humanos da Argentina, em novembro de 2004, para discutir o futuro teor da Declaração de Bioética da UNESCO que estava em construção na ocasião. A referida Carta foi concebida e assinada por pesquisadores de 12 países da região, ocasião em que a REDBIOÉTICA manifestou sua firme crítica ao reducionismo que estava sendo imprimido, principalmente pela ação dos representantes dos países ricos, ao teor da futura Declaração. As críticas centravam na necessidade de

ampliação da agenda bioética para além dos domínios biomédico e biotecnológico, incluindo em uma nova pauta as questões sanitárias, sociais e ambientais (17).

E o segundo, a *Declaração de Córdoba*, também firmado em novembro de 2008 por pesquisadores de 10 países da região, que expressou forte repúdio às mudanças introduzidas na *Declaração de Helsinque* com relação às pesquisas com seres humanos, as quais haviam sido aprovadas um mês antes na Assembléia Médica Mundial realizada em Seul, Coréia. O documento rechaçou completamente o duplo standard de pesquisas clínicas com a conseqüente flexibilização dos referenciais éticos para utilização de placebo, assim como a introdução do descompromisso dos patrocinadores das pesquisas para com os sujeitos do estudo quando terminado o mesmo (18).

A Rede tem proporcionado também seu apoio às Cátedras UNESCO de Bioética existentes na região: Buenos Aires, Brasília e México. A Cátedra da Universidade de Brasília, que já formou aproximadamente de 350 especialistas em Bioética desde 1998 (cursos anuais com 400 horas/aula), oferece hoje um Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* fundamentado na Declaração de Bioética da UNESCO e regulamentado pelo Ministério de Educação do Brasil, com um total permanente e renovável de 60 alunos, sendo 40 de mestrado (2 anos) e 20 de doutorado (4 anos).

A **Secretaria Executiva** da REDBIOÉTICA, que proporciona suporte técnico e apoio às atividades propostas e executadas, está sediada em Montevideu, Uruguai, junto ao **Programa de Bioética e Ética da Ciência do Escritório Regional da UNESCO**. Por fim, não se pode deixar de mencionar o apoio dado pela Rede aos oportunos projetos promovidos pela **Divisão de Ética em Ciência e Tecnologia da UNESCO**, especialmente ao Projeto ABC - *Assistant Bioethics Committees* - e à implementação, em vários países, do Currículo Básico em Bioética da UNESCO.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final destas reflexões, é indispensável registrar a extraordinária importância histórica representada pelos conhecimentos científicos e éticos desenvolvidos nos países do Primeiro Mundo. As ferramentas teóricas e metodológicas originárias das nações centrais e que estão à disposição dos pesquisadores de todo planeta para contribuir à busca de solução para os conflitos morais, têm um valor inquestionável.

No entanto, três pontos merecem ser registrados. O primeiro, é que - como nunca - o mundo moderno vem se dando conta da necessidade definitiva de mudar

os velhos conceitos com relação aos conflitos decorrentes do desenvolvimento a qualquer custo *versus* desenvolvimento sustentável. O segundo, é que as culturas autóctones e periféricas devem ser mantidas, em nome da preservação das suas identidades e do respeito ao pluralismo moral, marca das democracias participativas do Século 21. E por último, com apenas cinco séculos de descoberta, a América Latina e o Caribe - definitivamente - tem o direito histórico de libertar-se do colonialismo econômico, político e também ético, que a sufocou durante todo este tempo.

Portanto, com o apoio da UNESCO, a meta da REDBIOÉTICA é proporcionar aos países e povos da América Latina e Caribe um novo instrumento adicional de aperfeiçoamento da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na região, a partir da construção de um conceito expandido e mais politizado de Bioética e da promoção de um salutar intercambio transdisciplinar - regional e mundial - sobre o tema. O alcance destes ambiciosos objetivos está sendo progressivamente concretizado por meio de ações diretamente comprometidas com a realidade socioeconômica e cultural, com as variadas necessidades vitais aqui constatadas e pela divulgação internacional dos resultados que vão sendo alcançados.

REFERÊNCIAS

1. Potter VR. Bioethics - a bridge to the future. New Jersey: Prentice-Hall Inc., Englewood Cliffs, 1971.
2. Wickler D. In: Garrafa V; Pessini L. Bioética: poder e injustiça. São Paulo: Loyola, 2004; pp.15-16.
3. Benatar S. In: Garrafa V; Pessini L. Bioética: poder e injustiça. São Paulo: Loyola, 2004; p.16.
4. Garrafa V; Porto D. Intervention bioethics: a proposal for peripheral countries in a context of Power and injustice. Bioethics; 2003, 17(5-6), 399-416.
5. Campbell A. President's Column. London: IAB News, vol. 7, spring 1998, pp. 1-2.
6. Berlinguer G. Apresentação. In: Garrafa V. Dimensão da ética em saúde pública. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública USP/Kellogg Foundation, 1995, pp. i-iii.
7. Caccia-Brava S. Bem-vindas as novas idéias. Le Monde Diplomatique - Brasil; 2009, 27, p. 03.
8. Foucault M. Nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

9. Ten Have HAM; Jean M. The UNESCO Universal Declaration on Bioethics and Human Rights – background, principles and application. Paris: UNESCO – Ethics Series, 2009, 370 p.
10. Martínez-Palomo A. Article 14: Social responsibility and health. In: Ten Have HAM, Jean M. The UNESCO Universal Declaration on Bioethics and Human Rights – background, principles and application. Paris: UNESCO – Ethics Series, 2009, pp. 219-230.
11. REDBIOÉTICA / UNESCO. Documento Básico - Marco de Referencia y Reglamento Interno de la Red Latino-Americana y del Caribe de Bioética – REDBIOÉTICA / UNESCO. México: UNESCO, 2004, 63 p.
12. Garrafa V; Kottow M & Saada A (coords). Estatuto epistemológico de la bioética. México: UNAM / UNESCO, 2005, 314 p.
13. Garrafa V; Kottow M & Saada A (coords). Bases conceituais da bioética - enfoque Latino-Americano. São Paulo: Editora Gaia / UNESCO, 2006, 284 p.
14. Keyeux G; Penchaszadeh V; Saada A (coords). Ética de la investigación en seres humanos y políticas de salud pública. Bogotá: Unibiblos-Universidad Nacional de Colombia / UNESCO, 2006, 347 p.
15. Saada A; Valadés D (coords). Panorama sobre la legislación en materia de genoma humano en América Latina y el Caribe. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas - UNAM / UNESCO, 2006, 417 p.
16. Tealdi JC (director). Diccionario Latinoamericano de Bioética. Bogotá: UnibiblosUniversidad Nacional de Colombia / UNESCO, 2008, 657 p.
17. Secretaria de Derechos Humanos de Argentina – REDBIOÉTICA / UNESCO. Carta de Buenos Aires. Buenos Aires, Noviembre 2004. Disponible en: www.redbioeticaunesco.org
18. REDBIOÉTICA / UNESCO - Carta de Córdoba sobre Ética en Investigación con Seres Humanos. Córdoba/Argentina, Noviembre 2008. Disponible en: www.redbioeticaunesco.org